

AMAZONAS Mulheres indígenas entram na Justiça com pedidos de pensão alimentícia para filhos que têm com militares

Índias movem 157 ações contra soldados

KÁTIA BRASIL

DA AGÊNCIA FOLHA,
EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

Os relacionamentos entre índias e soldados do Exército, em São Gabriel da Cachoeira (AM), estão lotando o Fórum da cidade com ações de pensão alimentícia. Nos últimos dois anos, foram 157 processos e, em alguns, existe até o pedido de reconhecimento de paternidade com teste de DNA.

O juiz René Gomes da Silva Júnior, do Fórum local, determinou, apenas neste ano, a abertura de 34 novos processos, concedeu o direito à pensão alimentícia para 44 índias, além de determinar a realização de cinco testes de DNA.

A pensão é descontada no salário dos soldados, em valores que vão de R\$ 50 a R\$ 151, e o pagamento é feito em conta bancária ou no cartório da cidade. "As índias estão correndo atrás do direito delas. Elas procuram a gente porque sabem desse direito", afirma o juiz.

Os soldados que tiveram relacionamentos com as índias servem nos seis PEF's (pelotões especiais de fronteira) localizados próximos às aldeias e sob o Comando do Rio Negro - 5º BIS (Batalhão de Infantaria de Selva). O batalhão está sediado na própria cidade de São Gabriel, onde 90% da população de cerca de 27 mil habitantes é indígena. Os soldados questionados pela Justiça pertencem à tropa de 2.000 homens espalhados pelos PEF's. Destes, 300 são índios de várias etnias que se alistaram. A maioria dos soldados fica no próprio batalhão.

A questão dos "filhos do Exército" — como são conhecidas as crianças nascidas de relacionamentos de índias com os soldados — é discutida com reservas entre as autoridades locais.

"Esse problema acontece desde que os quartéis chegaram aqui. Alguns dos soldados fogem para



A índia baré Orcivalda Bruno dos Santos, que amamenta seu filho, Hiago, foi ameaçada pelo pai a entregar a criança para adoção

não assumir os filhos", disse Henrique Veloso Vaz, administrador da Funai (Fundação Nacional do Índio), em São Gabriel da Cachoeira (858 km de Manaus).

A recém-eleita diretora da Foim (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), Roselene Fonseca, índia tucano, questiona a proximidade dos pelotões de fronteira com as aldeias e afirma que o relacionamento com o sol-

dados está afetando os valores das mulheres índias. "Elas viram mães solteiras e perdem a chance de um bom casamento. Em alguns casos, são expulsas das aldeias pelos outros índios", afirma.

Na aldeia do Maturacá, a 200 quilômetros de São Gabriel da Cachoeira, a índia ianomami Laura Moura da Cruz, 19, conheceu um soldado do 5º BIS. "Saf com ele duas vezes e engravidei. Não tive

tempo de contar para ele que estava grávida. Ele foi destacado para uma missão", disse Laura.

Em outubro, a Funai encaminhou ao Comandante do 5º BIS um documento relatando a queixa da índia ianomami contra o soldado. Ela quer que ele assuma a paternidade da criança, que está com um mês.

A índia baré Orcivalda Bruno dos Santos tem um filho de três

meses também com um soldado do 5º BIS. Os pais dela não aceitaram a criança, inicialmente, e pediram para que ela entregasse o filho para adoção. Ela ingressou com uma ação de reconhecimento de paternidade contra o soldado e aguarda o resultado do teste de DNA. Para o comandante do 5º BIS, coronel Humberto Madeira, "se o soldado se envolveu é de responsabilidade dele assumir".

OUTRO LADO

Coronel diz que Exército cumpre decisões judiciais

DA AGÊNCIA FOLHA,
EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O Comandante do 5º BIS, coronel Humberto Henrique Madeira, disse à Agência Folha que o Exército está cumprindo todas as sentenças judiciais de pensões alimentícias para índias que têm filhos de soldados, independentemente de o militar ser também indígena.

"No Exército não há diferenças entre os soldados. Quando a Justiça determina o pagamento da pensão, a decisão é cumprida. Quem julga e decide é a Justiça."

Segundo o coronel Madeira, o Exército orienta disciplinarmente e faz restrições ao relacionamento dos soldados com as índias. "É proibido que o soldado vá isoladamente às aldeias. Se ele vai a serviço, é acompanhado de um superior", diz, acrescentando que o Exército quer controlar os casos.

"Essas restrições são feitas para minimizar as ocorrências. Esperamos controlar esses casos, independentemente de o soldado ser índio ou não", disse.

Quanto ao questionamento da proximidade dos pelotões das aldeias, o coronel Madeira afirma que a segurança do país e a promoção do desenvolvimento são as justificativas do Exército para a instalação das unidades. E que os índios são beneficiados pela ação.

(KÁTIA BRASIL)

Indígenas reclamam assistência

DA AGÊNCIA FOLHA,
EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

As índias que engravidam reclamam da falta de assistência dos soldados e da dificuldade de conseguir a aceitação por parte dos próprios índios.

Com um filho de três meses, a índia baré Orcivalda Bruno dos Santos diz que o soldado com quem teve um relacionamento deu remédio para abortar a gravidez. "Eu me interessei por ele. Quando aconteceu isso (a gravidez), ele disse que ia ficar comigo. Depois disse que o filho não era dele e me deu uns comprimidos para evitar a criança. Eu tomei uns quatro comprimidos, mas não resolveu. Ele sumiu daqui."

Orcivalda mora em uma casa de

madeira de dois cômodos com mais sete pessoas, incluindo os pais, que sobrevivem da venda das plantações de abacaxi e arroz. A casa fica no bairro Dabaru, periferia da cidade, onde não há água encanada e saneamento básico. É uma aldeia urbana, com concentração de índios que saíram das aldeias e foram morar na cidade. Orcivalda assumiu a criança sozinha e foi ameaçada pelo pai a entregá-lo para adoção.

"Meu pai queria que eu entregasse a criança para o soldado, como eu não encontrei ele, tentei dar a outra pessoa. Depois o pessoal da igreja ajudou e meu pai aceitou", disse Orcivalda.

Índia desana, Adanilza Corrêa Azevedo, 28, mãe de Érik Gabriel Corrêa Azevedo, de um ano, teve a paternidade questionada por um cabo do 5º BIS. "Ele me levou no cartório, dizendo que ia registrar o menino, quando chegamos lá ele disse que o filho não era dele e contestou a paternidade."

Adanilza, que trabalha em uma sapataria da cidade para garantir o sustento do filho.

A índia tucano Ercila Marques Ferreira, 29, trabalha 12 horas por dia para sustentar o filho de três anos, que não conhece o pai.



A índia desana Adanilza Corrêa Azevedo e seu filho, Érik Gabriel

Costumes de índios sofrem abalo

DA AGÊNCIA FOLHA,
EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

A índia tucano Roselene Fonseca, diretora da Foim (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), afirma que o relacionamento entre as índias e os soldados está afetando a vida nas próprias comunidades indígenas.

"Os índios acabam ficando em desvantagem na conquista. Os meninos ficam mais tímidos, pois estão competindo com os militares, que são homens com uma atitude afetiva diferente", disse.

As índias ficam "encantadas com os militares, acham que vão construir uma família, mas acabam frustradas".

Segundo Roselene, muitas etnias do Alto Rio Negro rejeitam as crianças e forçam as índias a casar contra a vontade.

"Entre os tucanos e desanas há muito rejeição. Há casos onde as crianças ficam com os avós, e a mãe é obrigada a deixar a aldeia. Na aldeia, elas não arranjam mais casamentos. Os pais procuram um homem viúvo ou mais velho para cuidar dela."

Nesse aspecto, o Conselho Tutelar da Criança e Adolescência de São Gabriel da Cachoeira está ten-

tando minimizar os aspectos envolvendo a questão da paternidade das crianças. "A sociedade não mergulhou nesse assunto. As mulheres indígenas têm os mesmos direitos que uma mulher branca, e os filhos também. O direito é de igualdade para todos, mas nesse sentido não se avançou em relação a questão indígena", disse a presidente do Conselho, Cida Rodrigues da Silva.

Para ela, a interferência do militar no cotidiano das mulheres indígenas é uma realidade que deve ser encarada de frente. "O militar se tornou uma espécie de conquista para as índias. Elas querem ter um filho branco e se sentem orgulhosas. Isso é um grande problema para as crianças que ficam sem a figura paterna."

A mulher indígena tem os mesmos direitos de uma mulher branca, e o filho também

CIDA RODRIGUES DA SILVA
presidente de Conselho Tutelar

Acho que será difícil o processo, mas vou provar a paternidade do meu filho

ADANILZA CORRÊA AZEVEDO
Índia desana, mãe de Érik Gabriel